



ESTADO DA PARAÍBA

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Protocolo de Intenções firmado entre o Governo do Estado da Paraíba e a empresa INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO CONDE LTDA., para implantação de sua unidade industrial no Estado da Paraíba.

O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, doravante denominado **ESTADO**, neste ato representado pelo Governador do Estado, **JOSÉ TARGINO MARANHÃO**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 004.717.394-72 e do RG nº 39.559 SSP/PB, residente e domiciliado nesta Capital, e a Empresa, **INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO CONDE LTDA.**, doravante denominada **EMPRESA**, com sede e domicílio no município de Fagundes, Estado da Paraíba, inscrita no CNPJ sob nº 12.186.380/0001-80, neste ato representado por seu sócio administrador **GEORGE HENRIQUES CRISPIM**, brasileiro, casado em regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da CI nº 1.513.049 – SSP/PB e CPF nº 873.178.854-87, residente e domiciliado a Rua Maria Facunda de Oliveira Dias, 90, aptº 1.701, Jardim Luna, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, CEP 58033-100, com a **INTERVENIÊNCIA** da Secretaria de Estado da Receita, neste ato representado pelo Secretário, **NAILTON RODRIGUES RAMALHO**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 136.043.414-34 e RG nº 321.188 SSP/PB, residente e domiciliado no Município de João Pessoa, neste Estado; da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, neste ato representado pelo Secretário, **OSMAN BERNARDO DANTAS CARTAXO**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 091.530.124-53 e do RG nº 3.262.789 SSP/PB, residente e domiciliado no Município de João Pessoa, neste Estado; da Secretaria de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico, neste ato representado pelo Secretário, **MÁRCIO DIEGO FERNANDES TAVARES DE ALBUQUERQUE**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 011.204.534-02 e do RG nº 2.552.673 SSP/PB, residente e domiciliado no Município de João Pessoa, neste Estado; e da Companhia de Desenvolvimento da Paraíba – **CINEP**, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, **JOÃO LAÉRCIO GAGLIARDI FERNANDES**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 104.628.569-68 e do RG nº 1.356.211 SSP/PB, residente e domiciliado no Município de João Pessoa, neste Estado, decidem firmar o presente **Protocolo de Intenções**, de acordo com as cláusulas seguintes:





ESTADO DA PARAÍBA

CLÁUSULA PRIMEIRA – A **EMPRESA** atuante no ramo de atividade na fabricação de cimento portland compromete-se a instalar uma unidade industrial, no prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da assinatura deste Protocolo, no Município de Fagundes, com investimento da ordem de **R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais)** e uma produção estimada em **970.000 (novecentos e setenta mil)** toneladas por ano de cimento portland, para o mercado nacional, gerando **150 (cento e cinquenta)** empregos diretos e expectativa de faturamento anual de **R\$ 271.600.000,00 (duzentos e setenta e um milhões e seiscentos mil reais)**.

Parágrafo Único – Caso a **EMPRESA** não cumpra o prazo estabelecido no caput desta cláusula, este protocolo torna-se sem efeito.

CLÁUSULA SEGUNDA – O **ESTADO** reconhece a unidade industrial como sendo empreendimento novo, garantindo a concessão de apoio financeiro da Lei Estadual nº 6.000/94 e do Decreto nº 17252/94 e suas alterações, que regulamentam o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba – **FAIN**, conforme as cláusulas constantes neste PROTOCOLO.

CLÁUSULA TERCEIRA - O **ESTADO** compromete-se, nos termos da legislação em vigor (Lei nº 6.000/94 e Decreto nº 17252/94 e suas alterações), a conceder empréstimo com encargos subsidiados à **EMPRESA** pelo prazo de até 15 (quinze) anos, contado a partir da emissão da Primeira Nota Fiscal de Vendas, com efetivo recolhimento do **ICMS** para o **FAIN**, nos seguintes termos:

I – A utilização do empréstimo dar-se-á mediante a liberação de parcelas mensais correspondentes, cada uma delas, a **100 % (cem por cento)** do valor do **ICMS**, recolhida pela **EMPRESA** ao **FAIN**, ou seja, 75% do **ICMS** total recolhido;

II – Os recursos decorrentes deste empréstimo serão colocados à disposição da **EMPRESA** no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recolhimento do **ICMS**;

III – O prazo para pagamento de cada parcela liberada será de 01 (um) ano, contado da data da respectiva liberação; ao valor do empréstimo incidirá a **TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo)** limitada até 12% ao ano, perfazendo assim o saldo devedor do financiamento, que será quitado com redução de **99 % (noventa e nove por cento)**, desse saldo, atualizado à época da liquidação do benefício, de acordo com o parágrafo 2º do Art.15 do Decreto nº 17.252/94 e suas alterações, recebendo plena e total quitação dos valores pagos.





ESTADO DA PARAÍBA

CLÁUSULA QUARTA – O ESTADO concede à EMPRESA o direito de optar, alternativamente, aos incentivos disciplinados no âmbito do FAIN/ICMS, pelo mesmo prazo de até 15 (quinze) anos, pela utilização 85% (oitenta e cinco por cento) de crédito presumido concedido pela SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA sobre o saldo devedor mensal do ICMS apurado a recolher, que será lançado como redutor do referido saldo devedor, na coluna “Outros Créditos” do Livro de Registro de Apuração do ICMS, com base no Art. 788 do Regulamento do ICMS e no parágrafo único do Art.36 do Decreto nº 17.252/94 e suas alterações, garantindo a manutenção de apoio financeiro nos termos da legislação que regulamenta o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba – FAIN, conforme as cláusulas constantes deste Protocolo.

CLÁUSULA QUINTA – Na importação de matérias primas, insumos, produtos intermediários e materiais de embalagem, será assegurado à empresa o diferimento do ICMS nos termos do Inciso VII do art. 10 do Regulamento do ICMS (RICMS/PB), por ocasião da nacionalização do produto importado pelo Porto de Cabedelo, ou por outro porto, desde que transportado através de Declaração de Trânsito Aduaneiro (DTA) até o Porto de Cabedelo, atendidas as exigências a serem definidas em Regime Especial concedido pela Secretaria de Estado da Receita, no qual será autorizada a carga tributária de 5% (cinco por cento), para as mercadorias cuja alíquota interna seja igual ou inferior a 17% (dezessete por cento), e de 29,41% (vinte e nove vírgula quarenta e um por cento) da respectiva alíquota para as mercadorias cuja alíquota interna seja superior a 17% (dezessete por cento), devendo o imposto diferido ser recolhido no prazo estabelecido no Parágrafo 6º do Art. 10 do RICMS/PB.

CLÁUSULA SEXTA - Na aquisição de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais importados pelo porto de Cabedelo, ou por outro porto, desde que transportado através de Declaração de Trânsito Aduaneiro (DTA) até o Porto de Cabedelo, para incorporação ao ativo permanente da **INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO CONDE LTDA.**, o ICMS será diferido para a operação subsequente de alienação do ativo, com redução de base de cálculo nos seguintes percentuais:

- I – 20% - após 01 (um) ano e até 02 (dois) anos de uso;
- II - 40% - após 02 (dois) anos e até 03 (três) anos de uso;
- III - 60% - após 03 (três) anos e até 04 (quatro) anos de uso;
- IV - 80% - a partir do 5º (quinto) ano de uso.





ESTADO DA PARAÍBA

CLÁUSULA SÉTIMA - Da mesma forma do contido na cláusula anterior, será diferida a complementação de alíquota do ICMS vinculada às aquisições de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais de fabricação nacional para incorporação ao ativo permanente da **INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO CONDE LTDA.**, na forma do Regulamento do ICMS, sendo aplicáveis as mesmas reduções de base de cálculo para as operações subseqüentes de desincorporação do ativo. Fica assegurado, ainda, o mesmo tratamento (diferimento do ICMS - Diferencial de Alíquotas) às aquisições de chapas e/ou perfis de aço, alumínio ou ferro destinados à fabricação, dentro da área das fábricas ou nos próprios canteiros de obras, de máquinas, equipamentos, silos, galpões e estruturas afins, desde que também destinados ao ativo permanente da EMPRESA.

CLÁUSULA OITAVA - No caso de exportações para o exterior do País, tendo em vista o benefício de que trata o presente Protocolo de Intenções, a empresa não poderá usufruir dos créditos fiscais de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 25 da Lei Complementar Federal nº 87/96 e Arts. 90 a 98 do Regulamento do ICMS do Estado, aprovado pelo Decreto nº 18.930/97.

CLÁUSULA NONA - Para a implantação do empreendimento, o **ESTADO** se compromete, através da Companhia de Desenvolvimento da Paraíba - **CINEP** e de suas concessionárias de serviços públicos, a:

I - viabilizar a infra-estrutura para suprimento de água potável, energia elétrica de baixa e alta tensão, telefone, esgoto sanitário, acesso viário pavimentado, bem como, também, autorizar a **EMPRESA** realizar obras de infra-estrutura em terrenos de sua propriedade, que atendam às suas necessidades operacionais.

CLÁUSULA DÉCIMA - Em se verificando, a qualquer tempo, desde a data de assinatura do presente instrumento e até o final do período de fruição do regime de tributação de que trata este Protocolo de Intenções, a concessão, pelo Estado da Paraíba e a empreendimento do mesmo segmento, de incentivos de natureza tributária e/ou financeira em condições mais vantajosas em relação às acima descritas, serão estendida à **INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO CONDE LTDA.**, idênticas condições, de sorte que não venham o empreendimento a sofrer com eventual desigualdade de tratamento estatal, assegurada, consequentemente, a manutenção do poder competitivo, propiciado pelo presente regime de tributação, o que atualmente lhe viabiliza a realização dos investimentos previstos.





ESTADO DA PARAÍBA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Para plena consecução do estabelecido neste Protocolo de Intenções, as partes se obrigam:

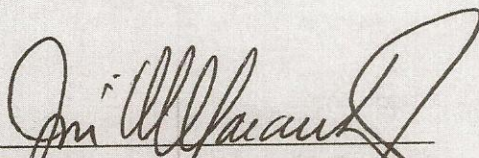
- a) **A EMPRESA** - a implementar as providências contidas na Cláusula Primeira na sua integralidade e cumprir as normas do SELAP - Sistema Estadual de Licenciamento de Atividades Poluidoras;
- b) **O ESTADO** - a adotar as medidas de caráter legal (decretos, contratos, etc.) que assegurem a efetivação do contido neste Protocolo.

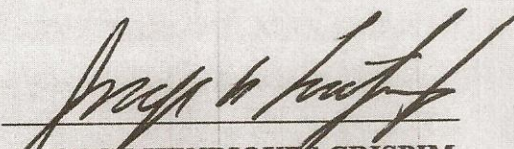
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Nos termos do Art. 32 do Decreto nº 17.252/94, o inadimplemento de quaisquer das obrigações contratuais, inclusive fiscais, por parte da empresa beneficiária, implica na imediata suspensão das liberações, podendo ser promovida à rescisão do contrato e a exclusão da empresa do Programa, excetuados os casos em que os débitos fiscais estiverem com sua exigibilidade suspensa ou com garantias idôneas nos termos da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O presente Protocolo terá sua eficácia com a assinatura dos termos constantes da legislação FAIN e do RICMS/PB

E por estarem de pleno acordo com o aqui estabelecido, firmam as partes o presente Protocolo de Intenções, em 02 (duas) vias, na presença das partes intervenientes abaixo.

João Pessoa, 27 de dezembro de 2010.


JOSÉ TARGINO MARANHÃO
Governador do Estado da Paraíba


GEORGE HENRIQUES CRISPIM

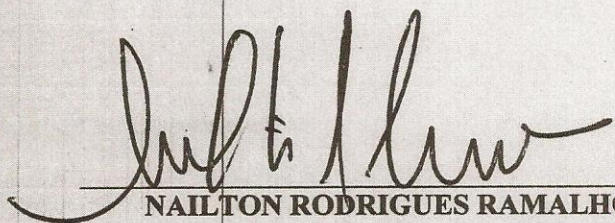
Sócio Administrador da empresa INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO CONDE LTDA



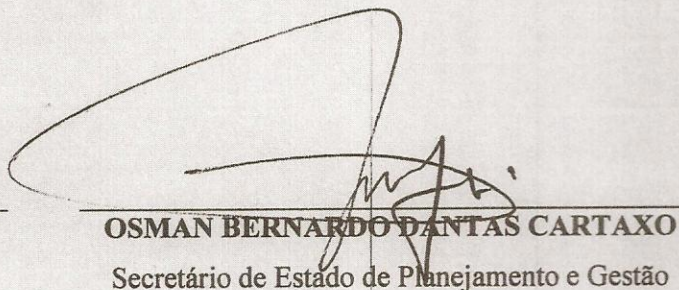


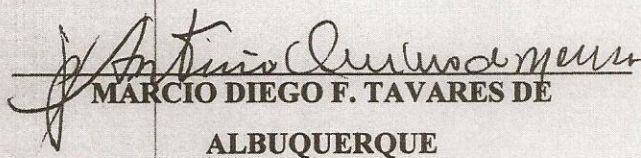
ESTADO DA PARAÍBA

Intervenientes:

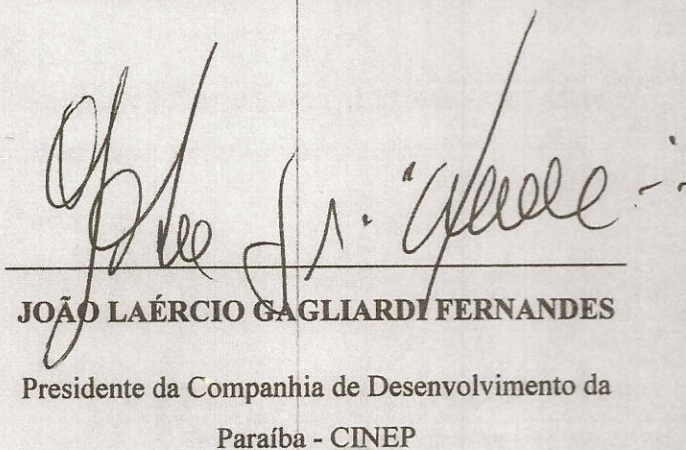

NAILTON RODRIGUES RAMALHO

Secretário de Estado da Receita


OSMAN BERNARDO DANTAS CARTAXO
Secretário de Estado de Planejamento e Gestão


**MARCIO DIEGO F. TAVARES DE
ALBUQUERQUE**

Secretário de Estado do Turismo e
Desenvolvimento Econômico


JOÃO LAÉRCIO GAGLIARDI FERNANDES
Presidente da Companhia de Desenvolvimento da
Paraíba - CINEP

